

FÉ E RAZÃO: REFLEXÕES INSPIRADAS PELO MAGISTÉRIO DO PAPA BENTO XVI*

Tomasz Grysa

Doutor em Direito Canônico pela Pontifícia Universidade Gregoriana de Roma.
Desde 2013 é Conselheiro da Nunciatura Apostólica no Brasil. E-mail: grysat@yahoo.it

Resumo: *A compatibilidade entre fé e razão seria uma questão atual ou seria algo de já superado na história do pensamento? Neste artigo o autor mostra que se pode defender a existência de um nexu fecundo entre fé e razão mesmo na atual situação de aparente contraposição entre ciência e fé. O autor também defende que o cristianismo ao propor noções teológicas centrais como a de logos e verdade torna possível e frutífero o diálogo entre fé e razão.*

Palavras-chave: Fé. Razão. Ciência. Verdade.

Abstract: *The compatibility between faith and reason is a current issue or is it something already overcome in the history of thought? In this article, the author shows that it's possible to defend the existence of a fruitful link between faith and reason even in the current situation of apparent opposition between science and faith. The author also argues that Christianity in proposing central theological notions such as logos and truth becomes possible and fruitful the dialogue between faith and reason.*

Keywords: Faith. Reason. Science. Truth.

Resumen: *¿La compatibilidad entre fe y razón es una cuestión actual o algo ya superado en la historia del pensamiento? En este artículo el autor muestra que se puede defender la existencia de un nexu fecundo entre fe y razón en la actual*

situación de aparente contraposición entre ciencia y fe. El autor también defiende que el cristianismo, al proponer nociones teológicas centrales como la de logos y verdad, hace posible y fructífero el diálogo entre fe y razón.

Palabras clave: Fe. Razón. Ciencia. Verdad.

Sommario: *La compatibilità tra fede e ragione è una questione attuale, oppure è già stata superata nella storia del pensiero? In questo articolo l'autore mostra che nella attuale situazione di apparente contrapposizione tra scienza e fede si può difendere l'esistenza di un nesso fecondo tra fede e ragione. L'autore difende inoltre che il cristianesimo, grazie all'introduzione di nozioni teologiche centrali come quelle di logos e di verità, fa possibile y fruttifero il dialogo tra fede e ragione.*

Parole chiave: Fede. Ragione. Scienza. Verità.

Résumé: *La compatibilité entre la foi et la raison est une question d'actualité ou est-ce quelque chose de déjà surmonté dans l'histoire de la pensée? Dans cet article, l'auteur montre que l'on peut défendre l'existence d'un lien fécond entre foi et raison, même dans la situation actuelle de l'opposition apparente entre la science et la foi. L'auteur aussi soutient que le christianisme en proposant notions théologiques centraux tels que les logos et la vérité devient possible et fructueux le dialogue entre foi et raison.*

Mots-clés: Foi. Raison. Science. Vérité.

* O presente texto foi apresentado por Mons. Tomasz no dia 12 de fevereiro de 2015 como "aula inaugural" do ano letivo, no auditório do Centro de Estudos Filosófico-Teológicos *Redemptoris Mater* de Brasília.

Reunimo-nos hoje para a inauguração do ano acadêmico de um Seminário Maior, onde se estuda a fé e se forma na fé. É uma festa da teologia, uma festa da fé. Contudo agora, surge a pergunta: na realidade, em que cremos? Que significa crer? Pode existir realmente uma coisa como esta no mundo moderno?

A resposta parece simples: nós cremos em Deus. É esta a nossa decisão básica. Mas apresenta-se de novo a pergunta: é possível ainda hoje crer em Deus? É uma coisa razoável? Desde o Iluminismo, pelo menos uma parte da ciência empenha-se com primor a procurar uma explicação do mundo, na qual Deus seja supérfluo. E, assim, Ele deveria tornar-se inútil também para a nossa vida. Mas todas as vezes que poderia parecer que quase se conseguiu chegar a esta conclusão, manifestava-se sempre de novo: as contas não quadram! As contas sobre o homem, sem Deus, não quadram, e as contas sobre o mundo, sobre todo o universo, sem Ele não quadram. No fim de contas, permanece a alternativa: o que existe na origem? A razão criadora, o Espírito Criador que tudo realiza e suscita o desenvolvimento, ou a Irracionalidade que, privada de qualquer razão, estranhamente produz um cosmos ordenado de maneira matemática e também o homem, a sua razão. Mas ela, então, seria apenas um resultado casual da evolução e por conseguinte, no fundo, também uma coisa irracional.

Nós cristãos dizemos: “Creio em Deus Pai, Criador do céu e da terra”, creio no Espírito Criador. Nós cremos que na origem está o Verbo eterno, a Razão e não a Irracionalidade. Com esta fé não precisamos de nos esconder, não devemos recluir que nos encontramos com ela num beco sem saída. Sentimos alegria em poder conhecer Deus! E procuramos demonstrar também aos outros a racionalidade da fé, como exortou explicitamente São Pedro os cristãos do seu tempo e, com eles, também a nós na sua Primeira Carta (cf. 3, 15)!

Desde os primórdios, a tradição católica rejeitou o chamado fideísmo, que é a vontade de crer contra a razão. *Credo quia absurdum* (creio, porque

é absurdo) não é uma fórmula que interpreta a fé católica. Com efeito, Deus não é absurdo, eventualmente é mistério. O mistério por sua vez não é irracional, mas superabundância de sentido, de significado, de verdade. Se, olhando para o mistério, a razão vê obscuridade, não é porque no mistério não haja luz, mas sobretudo porque há demasiada. Assim como quando o olhar do homem se volta diretamente para o sol, só vê trevas; mas quem diria que o sol não é luminoso, aliás, a fonte da luz? A fé permite olhar para o «sol», Deus, porque é acolhimento da sua revelação na história e, por assim dizer, recebe verdadeiramente toda a luminosidade do mistério de Deus, reconhecendo o grande milagre: Deus aproximou-se do homem, ofereceu-se ao seu conhecimento, condescendendo com o limite criatural da sua razão (cf. Concílio Ecumênico Vaticano II, Constituição dogmática *Dei Verbum*, 13). Ao mesmo tempo Deus, com a sua graça, ilumina a razão, abre-lhe horizontes novos, incomensuráveis e infinitos. Por isso, a fé constitui um estímulo a procurar sempre, a nunca parar nem se contentar com a descoberta inesgotável da verdade e da realidade. É falso o preconceito de certos pensadores modernos, segundo os quais a razão humana seria como que bloqueada pelos dogmas da fé. É verdade precisamente o contrário, como os grandes mestres da tradição católica demonstraram. Antes da sua conversão, santo Agostinho procura a verdade com grande inquietação, através de todas as filosofias disponíveis, julgando-as todas insatisfatórias. A cansativa busca racional é para ele uma pedagogia significativa para o encontro com a Verdade de Cristo. Quando diz: «compreende para crer, e crê para compreender» (Discurso 43, 9: PL 38, 258), é como se narrasse a própria experiência de vida. Diante da Revelação divina, intelecto e fé não são alheios nem antagonistas, mas ambos são condições para compreender o sentido da mesma, para acolher a sua mensagem autêntica, aproximando-se do limiar do mistério. Juntamente com muitos outros autores cristãos, santo Agostinho é testemunha de uma fé que se exerce com a razão, que pensa e convida a pensar. Neste sulco, santo Anselmo dirá no seu *Proslogion* que a

fé católica é *fides quaerens intellectum*, onde o procurar a inteligência é um ato interior do crer. Será principalmente São Tomás de Aquino — fortalecido por esta tradição — que se confrontará com a razão dos filósofos, mostrando quanta vitalidade racional nova e fecunda deriva para o pensamento humano da inserção dos princípios e das verdades da fé cristã.

Para São Tomás de Aquino, o encontro com a filosofia pré-cristã de Aristóteles (falecido por volta de 322 a.C.) abria uma nova perspectiva. A filosofia aristotélica era, obviamente, uma filosofia elaborada sem conhecimento do Antigo e do Novo Testamento, uma explicação do mundo sem revelação, unicamente pela razão. E esta racionalidade consequente era convincente. Assim, a antiga forma da “nossa filosofia” dos Padres já não funcionava. A relação entre filosofia e teologia, entre fé e razão, devia ser reconsiderada. Existia uma “filosofia” completa e convincente em si mesma, uma racionalidade precedente à fé, e depois a “teologia”, um pensar com a fé e na fé. A questão urgente era esta: o mundo da racionalidade, a filosofia pensada sem Cristo e o mundo da fé são compatíveis? Ou então excluem-se? Não faltavam elementos que afirmavam a incompatibilidade entre os dois mundos, mas São Tomás estava firmemente convencido da sua compatibilidade aliás, que a filosofia elaborada sem o conhecimento de Cristo praticamente esperava a luz de Jesus para ser completa. Esta foi a grande “surpresa” de São Tomás, que determinou o seu caminho de pensador. Mostrar esta independência de filosofia e teologia e, ao mesmo tempo, a sua relacionalidade recíproca, foi a missão histórica do grande mestre. E assim compreende-se porque no século XIX, quando se declarava fortemente a incompatibilidade entre razão moderna e fé, o Papa Leão XIII indicou São Tomás como guia no diálogo entre uma e outra. No seu trabalho teológico, São Tomás supõe e concretiza esta relacionalidade. A fé consolida, integra e ilumina o património de verdade que a razão humana adquire. A confiança que São Tomás concede a estes dois instrumentos do conhecimento – a fé e a razão – pode ser reconduzida à convicção de que ambas derivam da única

nascente de toda a verdade, o Logos divino que age tanto no âmbito da criação, como no contexto da redenção.

Além do acordo entre razão e fé, deve-se reconhecer, por outro lado, que elas se valem de procedimentos cognoscitivos diferentes. A razão acolhe uma verdade em virtude da sua evidência intrínseca, mediata ou imediata; a fé, ao contrário, aceita uma verdade com base na autoridade da Palavra de Deus que se revela. São Tomás escreve no início da sua *Summa Theologiae*:

É dúplice a ordem das ciências; algumas procedem de princípios conhecidos mediante a luz natural da razão, como a matemática, a geometria e semelhantes; outras procedem de princípios conhecidos através de uma ciência superior: como a perspectiva procede de princípios conhecidos mediante a geometria, e a música de princípios conhecidos através da matemática. E deste modo, a doutrina sagrada (ou seja, a teologia) é ciência porque procede dos princípios conhecidos através da luz de uma ciência superior, isto é, a ciência de Deus e dos Santos¹.

Esta distinção assegura a autonomia, tanto das ciências humanas como das ciências teológicas. Porém, ela não equivale à separação, mas implica sobretudo uma colaboração recíproca e vantajosa. Com efeito, a fé protege a razão de toda a tentação de desconfiança nas próprias capacidades, estimula-a a abrir-se a horizontes mais vastos, mantém viva nela a busca dos fundamentos e, quando a própria razão se aplica à esfera sobrenatural da relação entre Deus e homem, enriquece o seu trabalho. Segundo São Tomás, por exemplo, a razão humana pode chegar indubitavelmente à afirmação da existência de um único Deus, mas só a fé, que acolhe a Revelação divina, é capaz de haurir do mistério do Amor de Deus Uno e Trino.

Por outro lado, não é apenas a fé que ajuda a razão. Também a razão, com os seus meios, pode fazer algo de importante para a fé, prestando-lhe

1 TOMÁS DE AQUINO, São. *Suma Teológica*. I, q. 1, a. 2. São Paulo: Loyola, 2002.

um tríplice serviço, que São Tomás resume no proêmio do seu comentário ao *De Trinitate*, de Boécio: “Demonstrar os fundamentos da fé; explicar mediante semelhanças as verdades da fé; rejeitar as objeções que se levantam contra a fé” (q. 2, a. 2). Toda a história da teologia é, no fundo, o exercício deste compromisso da inteligência, que mostra a inteligibilidade da fé, a sua articulação e harmonia interna, o seu bom senso e a sua capacidade de promover o bem do homem. A exatidão dos raciocínios teológicos e o seu significado cognoscitivo real fundamentam-se no valor da linguagem teológica que, segundo São Tomás, é principalmente uma linguagem analógica. A distância entre Deus, o Criador, e o ser das suas criaturas é infinita; a dessemelhança é sempre maior do que a semelhança (cf. DS 806). Não obstante, em toda a diferença entre Criador e criatura, existe uma analogia entre o ser criado e o ser do Criador, que nos permite falar sobre Deus com palavras humanas.

Portanto, a fé católica é razoável e nutre confiança também na razão humana. Na Constituição dogmática *Dei Filius*, o Concílio Vaticano I afirmou que a razão é capaz de conhecer com certeza a existência de Deus através do caminho da criação, enquanto à fé pertence só a possibilidade de conhecer “facilmente, com certeza absoluta e sem erro” (DS 3005) as verdades que dizem respeito a Deus, à luz da graça. Além disso, o conhecimento da fé não é contrário à reta razão. Com efeito, na Encíclica *Fides et ratio*, o Santo Papa João Paulo II resume assim: “A razão do homem não é anulada nem humilhada, quando presta assentimento aos conteúdos de fé; é que estes são alcançados por decisão livre e consciente” (n. 43). No desejo irresistível de verdade, somente uma relação harmoniosa entre fé e razão é o caminho reto que conduz a Deus e ao pleno cumprimento de si mesmo.

Esta doutrina é facilmente reconhecível em todo o Novo Testamento. Escrevendo aos cristãos de Corinto, São Paulo afirma: “Os judeus pedem milagres, os gregos reclamam a sabedoria; mas nós pregamos Cristo crucificado, escândalo para os judeus e loucura para os pagãos” (1 Cor 1,

22-23). Com efeito, Deus salvou o mundo não com um gesto de poder, mas mediante a humilhação do seu Filho unigênito: segundo os parâmetros humanos, a modalidade insólita atuada por Deus não condiz com as exigências da sabedoria grega. E no entanto, a Cruz de Cristo tem uma sua razão, que São Paulo chama: *ho lógos tou staurou*, “a palavra da cruz” (1 Cor 1, 18). Aqui, o termo *lógos* indica tanto a palavra como a razão e, se alude à palavra, é porque expressa verbalmente o que a razão elabora. Portanto, Paulo vê na Cruz não um acontecimento irracional, mas um acontecimento salvífico que possui um seu bom senso reconhecível à luz da fé. Ao mesmo tempo, ele tem tanta confiança na razão humana, a ponto de se admirar pelo fato de que muitos, mesmo vendo as obras realizadas por Deus, se obstinam a não acreditar n’Ele. Na Carta aos Romanos diz: “Com efeito, as... perfeições invisíveis [de Deus], o seu poder e divindade sempiternos, tornam-se visíveis à inteligência, através das suas obras” (1, 20). Assim, também São Pedro exorta os cristãos da diáspora a adorar “Cristo Senhor nos vossos corações. Estai sempre prontos a responder, para a vossa defesa, a todo aquele que vos perguntar a razão da vossa esperança” (1 Pd 3, 15). Num clima de perseguição e de forte exigência de testemunhar a fé, aos fiéis pede-se que justifiquem com motivações fundadas a sua adesão à palavra do Evangelho, que expliquemos a razão da nossa esperança.

É nestas premissas acerca do nexos fecundo entre compreender e crer que se funda inclusive a relação virtuosa entre ciência e fé. Mas aqui surge imediatamente a pergunta: isto é de veras possível? Ou não é em si uma contradição? Porventura ciência não é o contrário de fé? Não deixa a fé de ser fé, quando se torna ciência? E não deixa a ciência de ser ciência quando está ordenada ou até subordinada à fé? Tais questões, que já para a teologia medieval representavam um sério problema, com o moderno conceito de ciência tornaram-se ainda mais impelentes, à primeira vista até sem solução.

De fato, não serve a nada esta lição, se permanecesse sem resposta a verdadeira pergunta: é verdade aquilo em que cremos, ou não? Na teologia

está em jogo a questão acerca da verdade; ela é o seu fundamento último e essencial. Aqui uma expressão de Tertuliano pode fazer-nos dar aqui um passo em frente; ele escreve que Cristo não disse: *Eu sou o costume*, mas: *Eu sou a verdade — non consuetudo sed veritas* (Virg. 1, 1). Christian Gnillka mostrou que o conceito de *consuetudo* pode significar as religiões pagãs que, segundo a natureza, não eram fé, mas “costume”: faz-se aquilo que sempre se fez; observam-se as formas cultuais tradicionais e espera-se permanecer assim na justa relação com o âmbito misterioso do divino. O aspecto revolucionário do cristianismo na antiguidade foi precisamente a ruptura com o “costume” por amor à verdade. Tertuliano fala aqui sobretudo com base no Evangelho de São João, no qual se encontra também a outra interpretação fundamental da fé cristã, que se expressa na designação de Cristo como *Logos*. Se Cristo é o *Logos*, a verdade, o homem deve corresponder-lhe com o seu próprio *logos*, com a sua razão. Para chegar a Cristo, ele deve estar no caminho da verdade. Deve abrir-se ao Logos, à Razão criadora, da qual deriva a sua própria razão e para a qual ela o remete. Daqui compreende-se que a fé cristã, pela sua própria natureza, devia suscitar a teologia, interrogar-se sobre o bom senso da fé, mesmo se naturalmente o conceito de razão e de ciência abraçam muitas dimensões, e assim a natureza concreta no nexo entre fé e razão devia e deve ser sempre de novo investigada.

Portanto, por mais claro que se apresente no cristianismo, o vínculo fundamental entre Logos, verdade, e fé — a forma concreta deste vínculo suscitou e suscita sempre novas perguntas. É claro que neste momento esta pergunta, que ocupou e ocupará todas as gerações, não pode ser tratada em particular, nem sequer de modo geral. Gostaria apenas de tentar propor uma pequeníssima nota. São Boaventura, no prólogo ao seu *Comentário às Sentenças* falou de *dúplice uso da razão* — de um uso que é irreconciliável com a natureza da fé e de outro que, ao contrário, pertence propriamente à natureza da fé. Existe, assim se diz, a *violentia rationis*, o despotismo da razão, que se faz juiz supremo e último de tudo. Este tipo de uso da razão

é certamente impossível no âmbito da fé. Que quer dizer Boaventura com isto? Uma expressão do Salmo 95, 9 pode mostrar-nos do que se trata. Aqui Deus diz ao seu povo: “No deserto... os vossos pais tentaram-me. Puseram-me à prova mesmo tendo visto as minhas obras”. Menciona-se aqui um dúplice encontro com Deus: eles “viram”. Mas isto para eles não é suficiente. Eles põem Deus “à prova”. Desejam submetê-lo a uma experimentação. Ele é, por assim dizer, submetido a um interrogatório e deve sujeitar-se a um procedimento de prova experimental. Esta modalidade de uso da razão, na era moderna, alcançou o ápice do seu desenvolvimento no âmbito das ciências naturais. A razão experimental hoje é considerada como a única forma de racionalidade declarada científica. O que não pode ser cientificamente provado ou falsificado é excluído do âmbito científico. Com esta orientação foram realizadas obras grandiosas, como sabemos; que ela seja justa e necessária no âmbito do conhecimento da natureza e das suas leis, ninguém pretenderá pô-lo seriamente em dúvida. Contudo existe um limite para este uso da razão: Deus não é um objeto da experimentação humana. Ele é Sujeito e manifesta-se unicamente na relação de pessoa a pessoa: isto faz parte da essência da pessoa.

Nesta perspectiva Boaventura menciona um segundo uso da razão, que é válido para o âmbito “pessoal”, para as grandes questões do próprio ser humano. O amor quer conhecer melhor aquele que ama. O amor, o amor verdadeiro, não torna cegos, mas videntes. Dele faz parte precisamente a sede de conhecimento, de um verdadeiro conhecimento do outro. Por isso, os Padres da Igreja encontraram os precursores e os mensageiros do cristianismo — fora do mundo da revelação de Israel — não no âmbito da religião habitual, mas nos homens em busca de Deus, em busca da verdade, nos “filósofos”: em pessoas que estavam sequiosas da verdade e por conseguinte estavam no caminho rumo a Deus. Quando não há este uso da razão, então as grandes questões da humanidade são postas fora do âmbito da razão e são deixadas à irracionalidade. Por isto é tão importante uma teologia autêntica. A fé reta

orienta a razão para a abertura ao divino, para que ela, guiada pelo amor à verdade, possa conhecer Deus mais de perto. A iniciativa para este caminho encontra-se junto de Deus, que colocou no coração do homem a busca do seu Rosto. Portanto, faz parte da teologia, por um lado a humildade que se deixa “tocar” por Deus, por outro a disciplina que se liga à ordem da razão, que preserva o amor da cegueira e que ajuda a desenvolver a sua força visiva.

Portanto, é urgente redescobrir de modo novo a racionalidade humana aberta à luz do Logos divino e à sua perfeita revelação que é Jesus Cristo, Filho de Deus feito homem. Quando é autêntica, a fé cristã não mortifica a liberdade e a razão humana; e então, por que fé e razão devem ter receio uma da outra, se ao encontrar-se e dialogando podem expressar-se do melhor modo? A fé supõe a razão e aperfeiçoa-a, e a razão, iluminada pela fé, encontra a força para se elevar ao conhecimento de Deus e das realidades espirituais. A razão humana nada perde abrindo-se aos conteúdos de fé, aliás, eles exigem a sua adesão livre e consciente.

Dito isto, chego à conclusão. Tudo o que é válido no desenvolvimento moderno do espírito, há de ser reconhecido sem reservas: todos nos sentimos agradecidos pelas grandiosas possibilidades que isso abriu ao homem e pelos progressos que nos foram proporcionados no campo humano. Aliás, o *ethos* da cientificidade é vontade de obediência à verdade e, consequentemente, expressão duma atitude que faz parte das decisões essenciais do espírito cristão. Portanto, a minha intenção não é retirada, nem crítica negativa; pelo contrário, trata-se de um alargamento do nosso conceito de razão e do seu uso. Porque, juntamente com toda a alegria face às possibilidades do homem, vemos também as ameaças que resultam destas mesmas possibilidades e devemos perguntar-nos como poderemos dominá-las. Consegui-lo-emos apenas se razão e fé voltarem a estar unidas duma forma nova; se superarmos a limitação auto-decretada da razão ao que é verificável na experiência, e lhe abriremos de novo toda a sua amplitude. Neste sentido, a teologia não só enquanto disciplina histórica e humano-científica, mas como verdadeira e

própria teologia, ou seja, como indagadora da razão da fé, deve ter o seu lugar na universidade e no amplo diálogo das ciências.

Só assim nos tornamos capazes também de um verdadeiro diálogo das culturas e das religiões – um diálogo de que temos necessidade muito urgente. No mundo ocidental, é largamente dominante a opinião de que são universais apenas a razão positivista e as formas de filosofia dela derivadas. Mas as culturas profundamente religiosas do mundo vêm, precisamente nesta exclusão do divino da universalidade da razão, um ataque às suas convicções mais íntimas. Uma razão, que diante do divino é surda e repele a religião para o âmbito das subculturas, é incapaz de inserir-se no diálogo das culturas. E no entanto a razão moderna, própria das ciências naturais, com a sua dimensão platônica intrínseca traz consigo uma questão que a transcende a ela juntamente com as suas possibilidades metódicas. Ela própria tem simplesmente de aceitar a estrutura racional da matéria e a correspondência entre o nosso espírito e as estruturas racionais operativas na natureza como um dado de fato, sobre o qual se baseia o seu percurso metódico. Mas, a pergunta sobre o porquê deste dado de fato existe e deve ser confiada pelas ciências naturais a outros níveis e modos do pensar – à filosofia e à teologia. Para a filosofia e, de maneira diferente, para a teologia, a escuta das grandes experiências e convicções das tradições religiosas da humanidade, especialmente da fé cristã, constitui uma fonte de conhecimento; recusá-la significaria uma inaceitável redução do nosso escutar e responder. Ora, desde há muito tempo que o ocidente vive ameaçado por certa aversão contra as questões fundamentais da sua razão, mas o único resultado seria sofrer um grande dano. A coragem de abrir-se à vastidão da razão, e não a rejeição da sua grandeza – tal é o programa pelo qual uma teologia comprometida na reflexão sobre a fé bíblica entra no debate do tempo atual. É a este grande logos, a esta vastidão da razão que convidamos os nossos interlocutores no diálogo das culturas. A formação para este diálogo, é a grande tarefa do Seminário.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

BAGNOREGGIO, Boaventura de. *Comentários às sentenças*. Madrid: BAC, 1956.

BÍBLIA DE JERUSALÉM. 10. ed. São Paulo: Paulus, 2001.

IGREJA CATÓLICA. Concílio Vaticano I., 1870. Constituição dogmática *Dei Filius*. In: DENZINGER – HÜNERMANN. *Compêndio dos Símbolos, Definições e Declarações de Fé e Moral*. 40. ed. São Paulo: Loyola, 2005.

IGREJA CATÓLICA. Concílio Vaticano II., 1962-1965. Constituição dogmática *Dei Verbum*. In: _____. *Documentos do Vaticano II: constituições, decretos, declarações*. 4. ed. Petrópolis: Vozes, 1968.

JOÃO PAULO II. Carta Encíclica *Fides et ratio*, sobre as relações entre fé e razão. São Paulo: Paulinas, 1998.

TOMÁS DE AQUINO, São. *Suma Teológica*. São Paulo: Loyola, 2002.